

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 510.015 - RS (2019/0136773-5)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : LUCAS MEES SCHACHT
ADVOGADO : LUCAS MEES SCHACHT - RS093114
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : MARCIO FABIANO DE CARVALHO (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE JUSTIFICADA. FUNDAMENTOS. MODUS OPERANDI. EXTENSA FOLHA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS. RISCO DE REITERAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. A prisão preventiva é cabível mediante decisão devidamente fundamentada e com base em dados concretos, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da medida extrema, nos termos do art. 312 e seguintes do Código de Processo Penal.

2. A prisão fora decretada após o encerramento de complexa investigação criminal, motivo pelo qual não há falar em ilegalidade decorrente da ausência de contemporaneidade. Assim, o lapso de tempo transcorrido desde o cometimento da ação delituosa não pode ser utilizado em benefício do agente criminoso, notadamente quando as instâncias ressaltaram que o réu responde por diversos outros crimes.

3. No caso, a prisão cautelar foi decretada e mantida com fundamentação idônea, considerando-se as circunstâncias do fato delituoso em análise, reveladoras, pelo *modus operandi* empregado, da real gravidade do crime e do agente, que, *mesmo preso no sistema prisional, planejou por telefone o homicídio da vítima atuando como mandante, em razão desta não estar trabalhando de acordo com os interesses do grupo criminoso.*

4. Encontra-se demonstrado o fundado risco de reiteração delitiva, dada a extensa folha de antecedentes do réu, na qual constam sete condenações transitadas em julgado e outras quatro ações penais em andamento, por crimes graves, como porte de arma, homicídio, tráfico de drogas e associação para o tráfico, o que, por si só, confere lastro de legitimidade à manutenção da medida extrema.

5. Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, denegar a ordem de *habeas corpus* nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 03 de outubro de 2019 (data do julgamento).

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

